

## ALERTA DE SUPERVISÃO N.º 08/2020

ERS, 17 de abril de 2020

### **Acesso à prestação de cuidados de saúde por utentes grávidas em contexto de epidemia SARS-CoV-2 e de infeção epidemiológica por COVID-19**

Considerando a emergência de saúde pública e situação excecional que se vive no momento atual, face à epidemia SARS-CoV-2 e à infeção epidemiológica por COVID-19;

Considerando que a Entidade Reguladora da Saúde (ERS) tomou conhecimento da existência de constrangimentos no acesso de utentes grávidas à realização de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT) essenciais à vigilância da gravidez;

Considerando as recomendações emanadas pelo Colégio da Especialidade de Ginecologia/Obstetrícia, em 24 de março de 2020<sup>1</sup>, no que se refere à atuação nas mulheres grávidas, face à epidemia SARS-CoV-2 e à infeção epidemiológica por COVID-19;

Considerando, ademais, o disposto na Orientação da Direção-Geral da Saúde (DGS) n.º 018/2020, de 30 de março de 2020<sup>2</sup>, sobre a gravidez e o parto durante a fase de mitigação da pandemia;

A ERS, no exercício dos seus poderes de supervisão, **avisa todos os estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde**, para o seguinte:

- i. Deve ser garantido o acompanhamento preconizado das utentes grávidas, em todas as fases da gestação, privilegiando-se, sempre que possível, os meios não presenciais de prestação de cuidados de saúde;

---

<sup>1</sup> Disponível para consulta em <https://ordemdosmedicos.pt/wp-content/uploads/2020/03/COVID-19-Atua%C3%A7%C3%A3o-na-gravida.pdf>

<sup>2</sup> Disponível para consulta em <https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/orientacoes-e-circulares-informativas/orientacao-n-0182020-de-30032020-pdf.aspx>

- ii. Deve ser garantido o acesso das utentes grávidas aos MCDT considerados essenciais à vigilância da gravidez, em especial, ao rastreio pré-natal (rastreio combinado do 1.º trimestre de gravidez), bem como às ecografias de 1.º trimestre e de 2.º trimestre (ecografia morfológica), os quais devem ser realizados de acordo com a periodicidade recomendada pelas orientações nacionais;
- iii. Os estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde que constatem não possuir capacidade para a prestação dos específicos cuidados de saúde elencados no ponto *ii. supra* devem, de forma atempada, atento o cronograma específico dos MCDT em causa, assegurar que as utentes sejam encaminhadas para outro estabelecimento prestador de cuidados de saúde, que garanta, em tempo útil, a prestação dos cuidados de saúde necessários.